

UMA LEITURA DE UM CONTRATO COM DEUS EM CONTEXTO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA SALA DE LEITURA

Karen Cézar Baptista¹
Tatiana Fadel²
Cláudia Beatriz de C. Nascimento Ometto³

Resumo: O trabalho que aqui apresentamos busca descrever e analisar as concepções sobre o que é a boa literatura que emergem de discursos dos professores de Sala de Leitura diante da questão “os alunos devem ler o que gostam ou aquilo que é bom?” Procuramos, com base em Bakhtin e Vigotski, compreender os enunciados produzidos em um curso de formação, quando sugerida a leitura de “Um Contrato com Deus”.

Introdução

Um grupo de formação de professores de salas de leitura, em Piracicaba. Um livro que se equilibra precariamente entre a ordem e a desordem. Desse encontro, emergem enunciados que indiciam concepções, explícitas ou implícitas, sobre o lugar da escola na construção de leitores. O que pensam esses professores sobre um livro que, fugindo daquilo que se convencionou chamar de “cânone escolar” por seu formato e pelos temas que apresenta, instaura por um lado, o tumulto e a polêmica, e, por outro, o apagamento e o silêncio? De que forma as falas dos professores sobre esse livro indiciam as múltiplas camadas de uma tensão que é constitutiva da escola?

O objetivo deste texto é apresentar e analisar o debate sobre a *graphic novel* “Um Contrato com Deus”, de Will Eisner, nesse grupo de formação de professores, para entendermos de que formas a escola e os professores têm lidado com aquilo que escapa às formas institucionalizadas de literatura e estabelece leituras dissonantes, que escapam pelas frestas da escolarização. Como, via de regra, os professores afastam-se de temas considerados polêmicos, e “obras que tratem do mal, da morte, da violência [...], da sexualidade, do homoerotismo são, em geral, consideradas ousadas, perigosas, inadequadas” (LACERDA, 2007, p. 3-4), optamos por selecionar, em meio ao longo debate sobre o livro, os enunciados que mais diretamente se referem às tensões que envolvem a interdição – ou não – da abordagem de temas polêmicos.

Na obra “Um contrato com Deus”, uma *graphic novel*, Will Eisner, narra suas memórias de infância em um cortiço de Nova York, no bairro do Bronx, habitado por imigrantes na década de 1930. O livro é composto por quatro histórias sobre pessoas comuns que viviam nos cortiços, e foi entregue às escolas pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE/MEC). Tal programa prevê a inclusão, na escola, de gêneros como quadrinhos, mangás e outros que hibridizam a linguagem verbal e a visual, o que legitima institucionalmente a presença da obra de Eisner nas salas de leitura. Porém, se os programas governamentais, ao distribuírem esse livro às escolas, sugerem que sua discussão seja relevante, a prática de alguns diretores e professores parece ser a da interdição da sua leitura, a qual não ocorre sem conflito.

A primeira tensão se dá justamente em um campo interinstitucional, que aparece na discussão deflagrada em 3/7/17, quando uma professora leva “Um Contrato com Deus” até o grupo e questiona sobre a pertinência, ou não, desse livro nas salas de leitura. Em sua escola a diretora havia solicitado que ela o recolhesse.

¹ Mestre em Educação pela Unicamp, Pedagoga. E-mail: karen_cb_@hotmail.com.

² Mestranda em Educação pela Unicamp, Licenciada em Letras pelo IEL. E-mail: tatianafadel@gmail.com.

³ Professora do Departamento de Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte FE/Unicamp. E-mail: cbometto@yahoo.com.br.

Solange: [Em um dos textos da obra] eles tiveram uma relação, ai ela pergunta quantos anos ele tem, ele disse quem tem 15 anos, aí o marido chega, bate nela, aí depois eles acabam transando. Eu achei muito mais grave, ela apanhar e ir transar com o marido depois, mais forte do que o caso dela com o moço. Aí tem outro texto da menina que oferece para o Senhor, levanta o vestidinho e pergunta se ele quer, mas só pode olhar, não pode mexer. [Nossaaa – dizem todos os professores espantados].

- Que livro é esse? alguns professores perguntam.

Solange: Esse aqui, *Um Contrato com Deus e outras histórias do Cortiço*. Então é assim, essa pessoa, o Will extremamente premiadíssimo, ganhou muito coisa, ele é o bam bam bam das histórias em quadrinhos. Só que aqui ele está relatando a vida da infância dele, nos anos 30 no cortiço no Bronx. Eu trouxe para você ver, porque como aquele Cem Contos foi retirado [das salas de leitura pelo governo estadual], assim, eu não sei, é.... tem pais e pais, tem mães e mães, tem alunos e alunos, tem maturidade e maturidade, então na minha escola, decidiu-se retirar porque é ensino fundamental, né, vai tirar da prateleira, só que é uma literatura, o cara é premiadíssimo, uns dizem deixa aqui outros dizem tira, né, então você tem todos os tipos de opiniões, isso foi comprado em Brasília e mandado pra gente. Então quem é o cara que compra? Ele leu isso? Aí sempre cai nessa discussão: Por que que nós, que atendemos o produto final que é o aluno, a gente não tem acesso a essa compra de livros, nós nunca fomos pesquisados, nunca fizeram pesquisa, ninguém perguntou, porque acho que primeiro você prende o aluno pelo coração depois você vai levando ele para outros contextos que você sabe que vai ser cobrado na parte curricular.

Solange evidencia que antes de produzir qualquer julgamento procurou conhecer o autor, suas publicações e as condições de produção da obra em questão. Também reconhece a divulgação de títulos e autores pelos órgãos e políticas públicas, quando diz: “isso foi comprado em Brasília e mandado pra gente”. No entanto, ao mesmo tempo em que reconhece as indicações oficiais, ela questiona a participação e indicação dos professores que trabalham diretamente com os alunos: “Então quem é o cara que compra? Por que que nós, que atendemos o produto final que é o aluno, a gente não tem acesso a essa compra de livros [...] ninguém perguntou”. Assim, estabelece-se uma tensão entre aquilo que é preconizado pelo Estado, por meio de seus programas oficiais de leitura na escola, e as práticas das salas de leitura, manifestadas na expressão da professora que questiona. O embate entre escola e Estado manifesta-se na fala desta professora, que aponta ainda a interdição do livro como evidência do confronto: “então na minha escola, decidiu-se retirar porque é ensino fundamental”.

Uma terceira instituição, a família, também aparece como polo de tensão nesse debate:

Dinorá: Isso por ensino médio segundo terceiro ano seria viável. Eu também tenho certeza porque aquele livro dos Cem Contos foi dado na caixinha do livro do ensino médio, e uma mãe evangélica fez um estardalhaço e o diretor pediu pra retirar. Que eu particularmente não vejo nada de mais sério.

Marli: Esse livro também tem na escola, e eu retirei lá dá frente para os alunos não pegar.

Solange: Eu trouxe porque é um grupo de estudo, pra gente ver.

Márcia: Tem três livros desse autor, o que tem na escola é alguma coisa de Nova York, aí um aluno viu, chamou outro aluno, que começou a vim, aí quando eu vi, tive que tirar e colocar lá do outro lado, do lado dos professores.

Mira: Lá na nossa escola começou assim, eles descobriram os livros, e ficaram tudo no ti ti ti, e eu observando, e eles chegavam e as meninas e

corriam para o lugarzinho lá. Aí houve uma reunião e eu levei a discussão para a reunião, e decidimos que íamos manter os livros lá.

Nessa discussão, dois aspectos interessantes: a intervenção de uma moral religiosa familiar, que impõe o silenciamento de polêmicas que envolvem a sexualidade, à qual a escola parece se submeter: “o diretor pediu pra retirar”; e o posicionamento dos professores: “decidimos que iam manter os livros lá”, como forma de resistência à intervenção, o que os coloca como mediadores de um segundo tipo de tensão que se manifesta na escola: a intra-institucional, que confronta dois papéis da escola: o de responsável por promover debates de temas polêmicos, e o de território neutro, sobre o qual pairam certas expectativas sociais atravessadas pela moral. Vejamos:

Mira: Que essas crianças os pais permitem que eles assistem as novelas e que eles veem coisas muitos pior na casa dele e que seria bom até eles veem esses livros e verem coisas certas, então os livros ficaram, e foram locados, depois que liberados acabou o fogo.

Fabiane: Na escola nós temos fundamental e ensino médio, e não ficam escondidos. Ali na nossa escola tem que ter um objetivo para trabalhar esses livros, na escola ficam todos expostos, porém, na hora de locar, nós passamos para eles que esses livros são para trabalhar com os professores. Está dando certo, não é escondido nada, é uma situação que, se esconder a curiosidade vai aguçar, então é deixado livre.

Claudete: Lá na escola, a Diretora pediu para tirar, porque eles tiravam, rasgaram as folhas que tinha as cenas e levavam embora. Então a gente tirou.

Coordenadora: Então a gente tira ou a gente deixa? Quero argumentos.

Mira: Eu acho que deixa.

Bento: Eu sou contra, por ser uma instituição escola, não é uma questão do lado da moral, mas tomar cuidado com a mudança de valores, vai banalizar tudo, enquanto instituição escola eu sou contra.

Marilu: Mas do que já está? O mundão já tá. Novelas.

Coordenadora: qual diferença entre novela e esse livro?

Marli: É que na escola vão falar a mãe, os pais vão falam porque é escola.

Coordenadora: Qual a diferença pedagógica e assistir a novela? Porque aqui é pedagógico?

Alda: Eu acho que tem que ter o porquê, porque ler isso, existiu isso, dentro de que contexto, e pode existir cortiços que vivem assim, claro que existe.

Bento: Eu acho que é questão de cultura, lá tem duas disciplinas de sexualidade com duas professores, e foi pedido pra tirar esses livros na prateleira, por questão de entendimento, lá tem o menino que vai ser pai já.

Nessas falas, emergem dois posicionamentos quanto à escola em sua relação com os “livros proibidos”, que despertam avidamente a curiosidade adolescente. Um deles é a escola como mediadora, para que os jovens tenham contato com esses temas: “tem que ter um objetivo para trabalhar esses livros” – a pedagogização da leitura é um salvo-conduto para a abordagem de temas que em geral incomodam ou são considerados inapropriados; a escola constitui-se como instância legítima para que os alunos tenham contato com uma leitura que, sozinhos, são impedidos de fazer. Ainda sobre tal pedagogização do livro: assim que a escola incorpora o livro a seu espaço, a curiosidade dos alunos desaparece.

Na fala de Bento, outra posição tensiona o diálogo: “Eu sou contra, por ser uma instituição escola, não é uma questão do lado da moral, mas tomar cuidado com a mudança de valores, vai banalizar tudo, enquanto instituição escola eu sou contra”. Ao dizer que essa não é uma questão

moral, o professor de fato afirma o contrário, e estabelece implicitamente a existência de uma espécie de código de conduta da instituição escolar: algumas coisas não pertencem a esse território. Tal código se explica na fala de Marli, quando diz: “É que na escola vão falar a mãe, os pais vão falam porque é escola”. No cotidiano não haveria problemas com o contato dos jovens com cenas de sexo ou violência, o problema é que da escola não se espera isso, por ser, no imaginário dos pais, uma instituição que se avizinha à Igreja quanto à sacralidade de seus espaços, ou seja, não se pode permitir a entrada, em sua biblioteca, daquilo que é banal em espaços da casa ou da rua.

Há uma normatização de que os textos devem ser “eticamente adequados” e evitar “preconceitos, moralismos, estereótipos”. Do nosso ponto de vista Eisner não veiculava preconceitos, moralismos ou estereótipos, pois como produto histórico, situado - o autor e sua família judaica cresceram em meio aos problemas provocados pela Grande Depressão que assolou os EUA nos anos 30 (PASCUALI, 2017) - o que ele faz é colocar em evidência estética modos de vida de um determinado tempo e lugar. Como experiência humana e estética que possibilita o reconhecimento de inquietações, os temas discutidos em sua obra não fogem do comum para muitos lugares. São temas necessários a serem discutidos e comunicados, e pelo viés da literatura, podem provocar sensibilidades a partir da experiência estética. Como texto literário, a obra de Eisner não se apresenta isenta daquilo que está presente no mundo da vida, tampouco reproduz padrões de exclusão da sociedade.

Marli: Como é que lida com isso [um livro dessa natureza]?

Nilce: Conheço *ene* favelas, isso é normal, eles morarem no quarto com pai e mãe com 6 filhos. O que vocês acham que essas crianças veem? Então eu não vi nada de diferente do que tá aqui no livro.

Como trabalhar com os alunos a dimensão da angústia e ou da morte; da sexualidade precoce e ou da violência contra a mulher postos na obra em questão? Permitindo a discussão, possibilitando a experiência estética, aquela que justamente nos permite o reconhecimento da condição humana, seja por um movimento de identificação, seja pelo estranhamento: os jovens que se deparam com um cadáver enquanto tomam café com leite veriam por meio de Eisner que não estão sós; aqueles que não vivenciam essa situação passam a saber que ela existe, que existem outras narrativas além das suas próprias.

A Literatura, como arte, nos redimensiona como humanos. “Quando a arte realiza a catarse e arrasta para esse fogo purificador as comoções mais íntimas e mais vitalmente importantes de uma alma individual, o seu efeito é um efeito social” (VIGOTSKI, 1998, p. 315). Nesse aspecto, “censurar esse alfanje, cortar o sabre do texto (o texto como alfombra) é impedir ao leitor a residência nos lugares do humano, tocando o abismo que a cada um toca” (LACERDA, 2007). Essa discussão evidencia múltiplas tensões que emergem do debate sobre o livro e nos conduz à importância da existência de instâncias formativas nas quais a dúvida e a inquietação são acolhidas. Solange, ao instaurar a discussão no grupo, explicita a importância do espaço de diálogo em que os professores recorrem ao conhecimento, num espaço de formação específico: “eu trouxe porque é um grupo de estudo, pra gente ver”. Ela compartilha suas angústias e busca aprofundamento de conhecimento que sustente o que se deve ou não fazer em relação à obra. O contato com a produção sobre leitura e com um referencial teórico que sustente seu trabalho propicia a promoção e acesso a leitura de temas polêmicos aos jovens, contrariando assim a descontinuidade da presença dessas obras nas salas de leitura. O grupo de formação, dessa forma, fundamenta e legitima a tensão que é constitutiva da escola por meio da criação de um aparato teórico que sustenta essa tensionalidade.

Referências

EISNER, Will. *Um contrato com Deus & outras histórias de cortiço*. 1. ed. São Paulo: Devir, 2007.

LACERDA, Nilma Gonçalves. Para atravessar o território desconhecido, a caminho do amanhã. In: *Debate: Temas polêmicos na literatura*. Programa Salto para o Futuro, TVE Brasil. Boletim n. 11, Programa 5 jun. de 2007.

_____. 1.5. Temas polêmicos na literatura: o mal-estar. In: *TV, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: SALTO PARA O FUTURO - 20 ANOS*

LARROSSA, Jorge. Literatura, experiência e formação. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

VIGOTSKI, L. S. *Psicologia da Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.